



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

FORMAÇÃO DOCENTE, DIVERSIDADE E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA E DA SOCIOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

TEACHER TRAINING, DIVERSITY, AND HUMAN EMANCIPATION: CONTRIBUTIONS OF PHILOSOPHY AND SOCIOLOGY TO INTERCULTURAL EDUCATION

FORMACIÓN DOCENTE, DIVERSIDAD Y EMANCIPACIÓN HUMANA: CONTRIBUCIONES DE LA FILOSOFÍA Y LA SOCIOLOGÍA A LA EDUCACIÓN INTERCULTURAL

RESUMO

O presente artigo analisa a formação docente permanente sob a perspectiva da Filosofia e da Sociologia da Educação, considerando seus desdobramentos na valorização da diversidade e na construção de práticas pedagógicas interculturais no contexto escolar brasileiro. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, fundamenta-se em autores críticos que problematizam as relações entre educação, cultura, poder e emancipação humana. Parte-se do pressuposto de que a escola, enquanto instituição social, não é neutra, mas atravessada por contradições estruturais que refletem as desigualdades sociais mais amplas. Os resultados indicam que a ausência de uma formação docente crítica contribui para a reprodução de práticas excludentes, enquanto processos formativos permanentes favorecem a construção de uma educação democrática, comprometida com os Direitos Humanos e com o reconhecimento da diversidade como princípio educativo. Conclui-se que a formação docente contínua constitui um elemento central para a superação de práticas pedagógicas monoculturais e para a consolidação de uma escola socialmente responsável.

Palavras-chave: Diversidade, filosofia, sociologia, interculturalidade.

ABSTRACT

This article analyzes ongoing teacher training from the perspective of Philosophy and Sociology of Education, considering its implications for valuing diversity and building intercultural pedagogical practices in the Brazilian school context. The research, qualitative and bibliographic in nature, is based on critical authors who problematize the relationships between education, culture, power, and human emancipation. It assumes that the school, as a social institution, is not neutral but traversed by structural contradictions that reflect broader social inequalities. The results indicate that the absence of critical teacher training contributes to the reproduction of exclusionary practices, while ongoing training processes favor the construction of a democratic education committed to Human Rights and the recognition of diversity as an educational principle. It concludes that ongoing teacher training is a central element for overcoming monocultural pedagogical practices and for consolidating a socially responsible school.

Keywords: Diversity, philosophy, sociology, interculturality.

RESUMEN

Este artículo analiza la formación docente continua desde la perspectiva de la Filosofía y la Sociología de la Educación, considerando sus implicaciones para la valoración de la diversidad y la construcción de prácticas pedagógicas interculturales en el contexto escolar brasileño. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, se basa en autores críticos que problematizan las relaciones entre educación, cultura, poder y emancipación humana. Parte de la premisa de que la escuela, como institución social, no es neutral, sino que está atravesada por contradicciones estructurales que reflejan desigualdades sociales más amplias. Los resultados indican que la ausencia de una formación docente crítica contribuye a la reproducción de prácticas excluyentes, mientras que los procesos de formación continua favorecen la construcción de una educación democrática, comprometida con los Derechos Humanos y el reconocimiento de la diversidad como principio educativo. Se concluye que la formación docente continua es un elemento central para superar las prácticas pedagógicas monoculturales y consolidar una escuela socialmente responsable.

Palabras clave: Diversidad, filosofía, sociología, interculturalidad.

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar contemporânea encontra-se inserida em um contexto marcado por profundas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, que incidem diretamente sobre o cotidiano das instituições educativas. Tais transformações evidenciam tensões entre igualdade e diferença, universalização do ensino e persistência das desigualdades, exigindo da escola respostas que ultrapassem abordagens meramente técnicas ou administrativas. Nesse cenário, a formação docente assume centralidade, uma vez que o professor atua como mediador entre o conhecimento sistematizado e as múltiplas realidades sociais que atravessam o espaço escolar.

Do ponto de vista filosófico e sociológico, a escola não pode ser compreendida como uma instituição neutra. Ao contrário, ela participa ativamente dos processos de reprodução social, ao mesmo tempo em que se apresenta como espaço potencial de transformação.

Como afirma Paulo Freire,

não há prática educativa neutra; toda prática educativa é um ato político (Freire, 1987, p. 34).

Essa compreensão implica reconhecer que as práticas pedagógicas são atravessadas por valores, ideologias e concepções de mundo, que podem tanto reforçar quanto questionar as desigualdades sociais existentes.

A diversidade presente no contexto escolar — expressa nas diferenças culturais, étnico-raciais, sociais, religiosas e de gênero — constitui um dos principais desafios da educação contemporânea. Frequentemente, tais diferenças são tratadas como obstáculos ao processo de ensino-aprendizagem, em vez de serem reconhecidas como dimensões constitutivas da experiência educativa. Essa postura revela a permanência de uma lógica monocultural, que privilegia determinados saberes e identidades em detrimento de outros, contribuindo para processos de exclusão simbólica e material.

Nesse sentido, torna-se imprescindível discutir a formação docente permanente como espaço de reflexão crítica sobre a prática pedagógica e sobre o papel social da escola. A partir de aportes da Filosofia e da Sociologia da Educação,

a uma análise das contribuições teóricas que possibilitam compreender a educação como prática social comprometida com a emancipação humana. Ao articular autores como Theodor Adorno, Antônio Gramsci, Hannah Arendt e Pierre Bourdieu, busca-se evidenciar que a formação docente, quando fundamentada criticamente, constitui um elemento estratégico para a construção de práticas pedagógicas interculturais e socialmente comprometidas.

Assim, a problemática que orienta este pensamento pode ser sintetizada na seguinte questão: de que modo a formação docente permanente, ancorada em fundamentos filosóficos e sociológicos, pode contribuir para a valorização da diversidade e para o enfrentamento das desigualdades no contexto escolar brasileiro? A relevância da pesquisa reside tanto no plano social, ao dialogar com os desafios concretos da educação básica, quanto no plano acadêmico, ao aprofundar reflexões teóricas próprias do campo da Filosofia e da Sociologia da Educação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação, modernidade e racionalidade

A compreensão da educação na modernidade exige uma análise crítica da racionalidade que estrutura as instituições sociais. A escola moderna não pode ser compreendida de forma isolada, mas como parte integrante de um projeto civilizatório que, ao mesmo tempo em que promove avanços técnicos e científicos, também produz formas sutis de dominação. Nesse sentido, as contribuições de Theodor Adorno e Max Weber tornam-se fundamentais para compreender as contradições presentes na educação contemporânea.

Weber analisa a modernidade a partir do processo de racionalização, caracterizado pela crescente organização da vida social segundo critérios de eficiência, cálculo e previsibilidade. Para o autor, a racionalidade instrumental passou a orientar as instituições modernas, inclusive a escola, submetendo-as a uma lógica burocrática.

Segundo Weber,

à burocracia é o meio mais racional conhecido de exercer autoridade sobre seres humanos" (Weber, 1999, p. 145).

No campo educacional, essa racionalidade manifesta-se na padronização curricular, na centralidade das avaliações e na transformação do processo educativo em um conjunto de procedimentos técnicos.

A escola, nesse contexto, passa a operar como uma engrenagem de reprodução da racionalidade dominante, priorizando a formação de sujeitos adaptados às exigências do mercado e do Estado. A educação deixa de ser compreendida como espaço de formação integral para assumir um caráter funcional, voltado à certificação e ao desempenho mensurável. Esse processo contribui para o esvaziamento do sentido crítico da prática pedagógica e para a naturalização das desigualdades sociais.

Adorno aprofunda essa crítica ao analisar a educação sob a ótica da teoria crítica da sociedade. Para o autor, a racionalidade instrumental, quando desvinculada da reflexão ética e emancipatória, conduz àquilo que ele denomina de “razão dominadora”. Em sua análise, Adorno afirma que “a educação só teria pleno sentido como educação para a emancipação” (Adorno, 1995, p. 141). No entanto, o que se observa nas sociedades capitalistas avançadas é a predominância de uma educação voltada à adaptação dos indivíduos à ordem existente.

A crítica adorniana destaca que a escola, ao invés de promover a autonomia intelectual, frequentemente contribui para a conformação dos sujeitos. A formação escolar tende a privilegiar a memorização, a repetição e o cumprimento de normas, em detrimento do pensamento crítico. Esse modelo educativo reforça a alienação, uma vez que impede os indivíduos de reconhecerem as estruturas sociais que produzem a desigualdade.

Adorno também alerta para o risco da barbárie no interior da própria civilização moderna. Ao refletir sobre o papel da educação após os horrores do século XX

Para Adorno,

à exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. (Adorno, 1995, p. 119).

Essa afirmação confere à educação uma responsabilidade ética fundamental: formar sujeitos capazes de resistir à violência, ao autoritarismo e à exclusão.

A articulação entre Weber e Adorno permite compreender que a educação moderna se encontra tensionada entre duas forças: de um lado, a racionalidade burocrática e instrumental; de outro, a necessidade de uma formação crítica e

emancipatória. Essa tensão revela que a escola não é um espaço neutro, mas um campo de disputas simbólicas e políticas, no qual se definem projetos distintos de sociedade.

Nesse sentido, pensar a educação como instrumento de redução das desigualdades exige romper com a lógica puramente técnica e reconhecer a centralidade da reflexão crítica no processo formativo. A escola precisa ser compreendida como espaço de resistência às formas de dominação que se expressam por meio da racionalidade instrumental, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a autonomia, o diálogo e a consciência social.

2.2 Escola, ideologia e hegemonia cultural

A análise da escola como espaço de produção e reprodução das relações sociais encontra em Antônio Gramsci um referencial teórico indispensável. Ao refletir sobre os mecanismos de dominação nas sociedades capitalistas, Gramsci desloca a compreensão do poder para além da coerção direta, enfatizando o papel central da cultura, da ideologia e das instituições educativas na construção da hegemonia.

Para Gramsci, a hegemonia consiste na capacidade de uma classe social dirigir moral e intelectualmente a sociedade, obtendo o consentimento dos grupos subalternos. Esse processo ocorre, sobretudo, no âmbito da sociedade civil, por meio de instituições como a escola, a igreja, a imprensa e os partidos políticos. Nesse sentido, a educação desempenha um papel estratégico na consolidação da ordem social vigente.

Conforme afirma o autor Antônio Gramsci,

toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica.
(Gramsci, 2001, p. 399).

A escola, portanto, não se limita à transmissão neutra de conhecimentos, mas atua como um espaço privilegiado de formação de concepções de mundo. Por meio dos conteúdos curriculares, das práticas pedagógicas e das normas institucionais, são difundidos valores, visões de sociedade e formas específicas de interpretar a realidade. Esse processo contribui para a naturalização das desigualdades sociais, uma vez que apresenta como universais interesses que são, na verdade, particulares às classes dominantes.

Gramsci distingue dois tipos de escola: a escola tradicional, voltada à formação intelectual das elites, e a escola profissionalizante, destinada às classes subalternas. Essa dualidade expressa a função social da educação na manutenção da divisão de classes. Segundo o autor, “a escola clássica era a escola das classes dominantes, enquanto a escola profissional era destinada às classes instrumentais” (Gramsci, 2004, p. 49). Tal distinção evidencia como o sistema educacional contribui para a reprodução das hierarquias sociais, ao oferecer formações diferenciadas conforme a posição de classe dos estudantes.

Entretanto, Gramsci não concebe a escola apenas como instrumento de dominação. Ao reconhecer seu caráter contraditório, o autor aponta a possibilidade de a educação tornar-se um espaço de resistência e transformação social. Para isso, defende a construção de uma escola unitária, capaz de oferecer uma formação integral, que articule trabalho manual e intelectual, promovendo o desenvolvimento crítico dos sujeitos. Nessa perspectiva, a educação deve contribuir para a formação de indivíduos capazes de compreender as estruturas sociais e intervir conscientemente na realidade.

O papel do professor assume centralidade nesse processo. Gramsci compreende o docente como um intelectual orgânico, responsável por mediar o acesso ao conhecimento e fomentar a reflexão crítica. Para o autor, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 2001, p. 53). O professor, ao assumir uma postura crítica, pode atuar como agente de contra-hegemonia, questionando os discursos dominantes e promovendo a emancipação intelectual dos estudantes.

A relação entre escola e ideologia também se manifesta na forma como determinados saberes são legitimados em detrimento de outros. Conhecimentos produzidos por grupos subalternizados, como populações negras, indígenas e periféricas, historicamente foram marginalizados no currículo escolar. Essa exclusão simbólica reforça a ideia de inferioridade cultural e contribui para a manutenção das desigualdades sociais. Assim, a luta por uma educação democrática passa necessariamente pela disputa em torno do currículo e do reconhecimento da diversidade de saberes.

Ao articular educação e hegemonia, Gramsci oferece ferramentas teóricas fundamentais para compreender o papel da escola na reprodução e, simultaneamente, na superação das desigualdades. A educação, nesse sentido,

constitui-se como um campo de luta política, no qual se confrontam projetos antagônicos de sociedade. Reconhecer essa dimensão é essencial para pensar práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social e com a construção de uma ordem social mais igualitária.

2.3 A crise da educação e a responsabilidade docente

A reflexão sobre a crise da educação na modernidade encontra em Hannah Arendt um referencial teórico fundamental, sobretudo por articular educação, política e responsabilidade ética. Diferentemente de abordagens que reduzem a crise educacional a problemas metodológicos ou administrativos, Arendt compreende a crise como expressão de transformações profundas na relação entre as gerações, o mundo comum e a autoridade.

Para a autora, a educação ocupa um lugar singular na vida social, pois se situa no ponto de transição entre o espaço privado da família e o espaço público da política. Nesse sentido, educar significa introduzir as novas gerações em um mundo que já existia antes delas.

Arendt afirma que:

A essência da educação é a natalidade, o fato de que seres humanos nascem para o mundo. (Arendt, 2011, p. 223).

Essa concepção confere à educação uma dimensão de responsabilidade, uma vez que cabe aos adultos apresentar o mundo aos recém-chegados e, ao mesmo tempo, protegê-los dele.

A crise da educação, segundo Arendt, manifesta-se quando os adultos renunciam a essa responsabilidade. Ao rejeitar a autoridade docente e relativizar o papel do professor, a sociedade contemporânea fragiliza o processo educativo.

Para a autora,

à autoridade do educador baseia-se na responsabilidade que ele assume pelo mundo. (Arendt, 2011, p. 239).

Quando essa autoridade é dissolvida, a escola perde sua função formativa e passa a reproduzir a instabilidade característica do mundo moderno.

Arendt critica, ainda, as pedagogias que defendem uma adaptação irrestrita da educação ao mundo das crianças, sem mediação adulta. Para a filósofa, tal perspectiva ignora a assimetria constitutiva da relação educativa e compromete a

transmissão do legado cultural. Em suas palavras, “a educação não pode abrir mão nem da autoridade nem da tradição” (Arendt, 2011, p. 243). A ausência desses elementos contribui para o esvaziamento do conteúdo educativo e para a perda de referências comuns.

No contexto das desigualdades sociais, a crise da educação assume contornos ainda mais graves. A fragilização da autoridade docente e da função formativa da escola afeta de maneira mais intensa os grupos socialmente vulnerabilizados, que dependem da educação pública como principal meio de acesso ao conhecimento sistematizado. A negação do papel estruturante da escola aprofunda as assimetrias sociais, ao limitar as possibilidades de inserção crítica dos sujeitos no mundo comum.

A responsabilidade docente, nessa perspectiva, ultrapassa a dimensão técnica do ensino. O professor não é apenas um transmissor de conteúdos, mas um mediador entre o passado e o futuro, entre a tradição e a inovação.

Arendt destaca que,

educar é decidir se amamos suficientemente o mundo para assumir responsabilidade por ele. (Arendt, 2011, p. 247).

Essa afirmação revela o caráter ético e político da prática educativa, especialmente em sociedades marcadas pela exclusão e pela desigualdade.

Ao reconhecer a educação como um espaço pré-político, Arendt não nega sua dimensão política, mas ressalta a necessidade de preservar a escola como lugar de formação e não de instrumentalização ideológica imediata. Essa posição contribui para o debate sobre diversidade e justiça social, ao enfatizar que a educação deve possibilitar a compreensão crítica do mundo, sem submeter-se a modismos ou pressões conjunturais.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que busca compreender e interpretar fenômenos educacionais a partir de seus significados sociais, históricos e culturais. Conforme assinala a literatura metodológica, a abordagem qualitativa possibilita uma análise aprofundada das relações sociais e das concepções teóricas que sustentam as práticas educativas, sem a pretensão de quantificação dos dados.

No que se refere ao tipo de estudo, trata-se de uma revisão bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas da Filosofia da Educação e da Sociologia Crítica. Foram selecionados livros, artigos científicos e produções acadêmicas que abordam, de forma direta ou indireta, os temas da formação docente, diversidade, educação intercultural, poder, cultura e emancipação humana.

Os critérios de seleção das obras incluíram:

- a) relevância teórica dos autores no campo educacional;
- b) consistência conceitual das produções analisadas;
- c) diálogo com a realidade educacional brasileira;
- d) contribuições para a compreensão crítica das relações entre educação e sociedade.

A análise dos textos foi realizada por meio de uma leitura interpretativa e temática, buscando identificar categorias centrais, tais como: formação docente, diversidade, hegemonia cultural, reprodução social, interculturalidade e emancipação. Esse procedimento permitiu estabelecer relações entre os diferentes autores, identificar convergências e tensões teóricas e refletir sobre as implicações dessas discussões para a prática pedagógica e para a formação de professores em nível crítico e reflexivo.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Diversidade, poder simbólico e reprodução social

A análise das desigualdades educacionais exige uma abordagem que articule cultura, poder e estrutura social. Nesse sentido, as contribuições de Pierre Bourdieu oferecem um instrumental teórico fundamental para compreender como a escola, longe de ser um espaço neutro, participa ativamente da reprodução das hierarquias sociais. Ao investigar os mecanismos simbólicos que operam no campo educacional, Bourdieu evidencia que a educação desempenha um papel central na legitimação das desigualdades.

Para Bourdieu, a sociedade é estruturada por diferentes campos sociais, nos quais os agentes disputam posições a partir da posse desigual de capitais. No campo educacional, destacam-se o capital cultural, o capital simbólico e o capital social. O capital cultural, em particular, refere-se aos conhecimentos, habilidades, disposições e formas de linguagem adquiridas no processo de socialização.

Segundo o autor Pierre Bourdieu:

O capital cultural é transmitido de maneira dissimulada e hereditária. (Bourdieu, 1998, p. 74).

Os estudantes oriundos de grupos populares, ao não dominarem os códigos culturais valorizados, são frequentemente percebidos como menos capazes, quando, na realidade, enfrentam uma desigualdade estrutural de condições.

Nesse contexto, Bourdieu afirma que:

À escola exige de todos aquilo que apenas alguns receberam. (Bourdieu, 1998, p. 53).

O conceito de habitus é central para compreender esse processo. O habitus consiste em um conjunto de disposições incorporadas ao longo da trajetória social dos indivíduos, orientando suas percepções, ações e expectativas. Essas disposições não são conscientes, mas estruturam profundamente a relação dos sujeitos com o saber escolar.

Conforme explica Bourdieu,

o habitus é a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade. (Bourdieu, 2002, p. 101).

Assim, a escola tende a valorizar determinados habitus em detrimento de outros, reforçando a reprodução das desigualdades.

A noção de poder simbólico aprofunda essa análise ao revelar como a dominação se exerce de forma sutil e invisível. O poder simbólico atua por meio do reconhecimento e da legitimação social, fazendo com que as relações de dominação sejam percebidas como naturais.

A diversidade cultural, quando não reconhecida criticamente, pode ser neutralizada pelo sistema educacional. Ao tratar todos os estudantes como se partissem das mesmas condições, a escola contribui para a invisibilização das desigualdades. Essa falsa universalidade reforça a exclusão simbólica de grupos historicamente marginalizados, como populações negras, indígenas e periféricas. Nesse sentido, a valorização da diversidade não pode limitar-se a ações superficiais, devendo envolver uma revisão profunda das estruturas escolares e dos critérios de legitimidade do conhecimento.

Bourdieu também critica a ideologia do mérito, amplamente difundida no discurso educacional. Ao atribuir o sucesso escolar exclusivamente ao esforço

individual, essa ideologia oculta as condições sociais desiguais que moldam as trajetórias escolares.

Segundo o autor,

à crença no mérito individual é um dos principais instrumentos de legitimação das desigualdades. (Bourdieu, 1998, p. 121).

A partir dessa perspectiva, a educação comprometida com a justiça social deve reconhecer os mecanismos de reprodução simbólica e estrutural que operam no interior da escola. Isso implica repensar práticas pedagógicas, currículos e formas de avaliação, de modo a ampliar o acesso ao capital cultural e promover condições mais equitativas de aprendizagem. A contribuição de Bourdieu, portanto, não se limita à denúncia das desigualdades, mas oferece subsídios teóricos para a construção de políticas educacionais mais democráticas.

Assim, a análise bourdieusiana evidencia que a redução das desigualdades educacionais exige mais do que a ampliação do acesso à escola. É necessário enfrentar os mecanismos simbólicos que legitimam a exclusão e reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Somente a partir dessa compreensão crítica a educação poderá cumprir um papel efetivo na promoção da igualdade social.

4.2 Racismo estrutural, invisibilização das desigualdades e permanência escolar

A análise dos resultados evidencia que a evasão escolar não pode ser compreendida apenas a partir de fatores pedagógicos ou individuais, mas deve ser situada no interior de uma estrutura social marcada pelo racismo estrutural. Esse tipo de racismo opera de forma sistêmica, atravessando instituições e práticas cotidianas, inclusive o espaço escolar, contribuindo para a naturalização das desigualdades e para a exclusão simbólica de determinados grupos sociais.

No contexto educacional, o racismo estrutural manifesta-se por meio da invisibilização das experiências, saberes e trajetórias de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados. A escola, ao adotar currículos e práticas que privilegiam uma visão eurocêntrica e homogênea do conhecimento, tende a desconsiderar as identidades raciais e culturais presentes no cotidiano escolar. Essa ausência de reconhecimento impacta diretamente o sentimento de pertencimento dos

estudantes, fragilizando sua relação com a instituição e influenciando sua permanência no processo educativo.

Os dados analisados indicam que crianças oriundas de contextos marcados por vulnerabilidade social e racial enfrentam obstáculos adicionais para a continuidade de sua trajetória escolar. A falta de políticas institucionais voltadas ao enfrentamento do racismo contribui para a reprodução de estigmas e para a construção de expectativas escolares reduzidas em relação a esses estudantes. Dessa forma, a evasão escolar aparece não como escolha individual, mas como resultado de um processo contínuo de exclusão simbólica e material.

Observa-se, portanto, que o silêncio institucional em relação às desigualdades raciais funciona como um mecanismo de manutenção da ordem social vigente. Ao não problematizar o racismo estrutural, a escola reforça práticas excludentes que afetam diretamente o acesso, a permanência e o sucesso escolar, sobretudo na educação infantil, etapa fundamental para a construção da identidade e do vínculo com o espaço educativo.

4.3 Educação, políticas públicas e possibilidades de enfrentamento das desigualdades

A partir da análise dos resultados, torna-se evidente que o enfrentamento da evasão escolar exige a articulação entre práticas pedagógicas críticas e políticas públicas comprometidas com a equidade social. A escola, enquanto instituição social, possui potencial tanto para reproduzir quanto para tensionar as desigualdades existentes, dependendo das escolhas políticas e pedagógicas que orientam sua atuação.

Os resultados apontam que iniciativas isoladas, desprovidas de um projeto institucional consistente, mostram-se insuficientes para alterar de forma significativa os índices de evasão escolar. A superação desse cenário requer políticas educacionais que reconheçam as desigualdades raciais e sociais como elementos estruturantes do sistema educacional, promovendo ações que ampliem o acesso ao conhecimento e valorizem a diversidade cultural dos estudantes.

Nesse sentido, a construção de práticas pedagógicas inclusivas, aliadas à formação continuada de professores, revela-se fundamental. A incorporação de abordagens que problematizem as desigualdades sociais, raciais e territoriais

contribui para a construção de um ambiente escolar mais democrático, no qual os estudantes se reconheçam como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento.

Os resultados também indicam que a educação infantil desempenha papel estratégico na mitigação das desigualdades educacionais, desde que acompanhada de políticas públicas intersetoriais que integrem educação, assistência social e combate às desigualdades estruturais. Assim, o enfrentamento da evasão escolar não se limita à ampliação do acesso à escola, mas exige a transformação das condições simbólicas e materiais que sustentam a exclusão.

Dessa forma, a análise reforça que a promoção da justiça social no campo educacional depende de ações sistemáticas e estruturadas, capazes de romper com a lógica meritocrática e de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Somente a partir dessa perspectiva será possível avançar na construção de uma educação comprometida com a igualdade e a permanência escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, à luz da filosofia e da sociologia da educação, as contribuições da formação continuada docente para a valorização da diversidade e para o enfrentamento das desigualdades no contexto escolar. A partir de uma revisão bibliográfica crítica, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos, foi possível compreender que a educação não pode ser concebida como um espaço neutro, mas como um campo atravessado por disputas simbólicas, ideológicas e políticas.

As reflexões desenvolvidas ao longo do texto evidenciam que a formação continuada dos professores constitui um eixo estruturante para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Ao dialogar com os pressupostos da Teoria Crítica, especialmente em Theodor W. Adorno, compreendeu-se que a educação deve assumir um papel emancipatório, voltado à formação de sujeitos capazes de resistir às formas de dominação impostas pela racionalidade instrumental. Nesse sentido, a escola deve contribuir para a constituição de uma consciência crítica, evitando a reprodução acrítica das desigualdades sociais.

A análise da racionalidade moderna, inspirada nas contribuições de Max Weber, permitiu identificar como os processos de burocratização e formalização do ensino tendem a esvaziar o sentido formativo da educação. Tal diagnóstico reforça a

necessidade de uma formação docente que vá além do tecnicismo, incorporando reflexões éticas, políticas e culturais sobre o papel da escola na sociedade contemporânea.

No campo das relações entre educação e ideologia, as contribuições de Antonio Gramsci evidenciaram que a escola atua como um espaço estratégico na disputa pela hegemonia cultural. A formação docente, nesse contexto, assume um papel fundamental na construção de práticas pedagógicas contra-hegemônicas, capazes de questionar o senso comum e promover a formação de sujeitos críticos e historicamente situados.

As reflexões de Hannah Arendt permitiram compreender a crise da educação como expressão de uma crise mais ampla da modernidade. Para a autora, a responsabilidade docente está diretamente relacionada ao compromisso com o mundo comum e com as novas gerações. Tal perspectiva reforça a centralidade do professor como mediador entre tradição e inovação, especialmente em contextos marcados pela diversidade cultural e social.

A partir das contribuições de Pierre Bourdieu, foi possível aprofundar a compreensão dos mecanismos de reprodução social presentes no sistema educacional. O conceito de poder simbólico revelou como a escola legitima desigualdades ao valorizar determinados capitais culturais em detrimento de outros. Nesse sentido, a valorização da diversidade exige o enfrentamento das estruturas simbólicas que naturalizam a exclusão e o fracasso escolar.

Por fim, as reflexões de Vera Maria Candau reafirmaram a importância da interculturalidade crítica e da educação em Direitos Humanos como fundamentos para uma escola democrática. A articulação entre igualdade e diferença, longe de ser uma contradição, constitui um princípio ético-político essencial para a construção de práticas educativas inclusivas.

Conclui-se que a formação continuada docente, quando fundamentada em uma perspectiva crítica, filosófica e sociológica, torna-se um instrumento potente para a transformação da escola em um espaço de diálogo, reconhecimento e valorização da diversidade. Mais do que uma exigência institucional, a formação permanente deve ser compreendida como um compromisso ético com a emancipação humana, a justiça social e a dignidade de todos os sujeitos que compõem o cotidiano escolar.

6 REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. Oeiras: Celta, 2002.
- CANAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 43-56, 2008.
- CANAU, Vera Maria; ANHORN, Carmen T. G. A. A questão da diferença na escola: uma perspectiva multicultural. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. *Comunicações*, v. 14, n. 2, p. 91-107, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, diferença cultural e diálogo. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 15-38, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

